



Data e Local: 25 de fevereiro de 2010, às 9h, na Sala de Reuniões do CAPPI, no Porto de Imbituba.

Presentes: O Presidente e os demais Conselheiros ao final desta Ata nominados e identificados.

Ausentes: Todas as ausências foram justificadas.

Convidados: José Antonio Latrônico Filho, Conselheiro do CREA/SC; Gustavo Gorigoitia Vega, CRB Operações Portuárias S/A; Rodrigo Cintova Vilas Boas, Gerente de Logística da Votorantim Cimentos; Carlos Augusto Menezes, Gerente Comercial da Ferrovia Tereza Cristina e Michele Cardoso Pereira, Assessora de Comunicação da CDI.

Quorum: Constatada a participação mínima exigida, o Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Aproveitou para registrar que nesta data a Lei dos Portos (Lei 8.630) está completando 17 anos, parabenizando a todos pela modernização do sistema portuário brasileiro desde então, embora ainda haja muito a fazer para concluir este processo, em especial no que se refere à gestão dos portos públicos.

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA (RO) N.º 194

Colocada em discussão pelo Presidente, após alteração sugerida pelo Conselheiro Ruy França, a ata da RO nº 194 foi aprovada.

2. DESIGNAÇÃO E POSSE DE CONSELHEIROS

O Presidente leu a Portaria da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República n.º 21, de 27/01/2010 (D.O.U. 28/01/2010), que designou o Conselheiro Daniel França como representante (suplente) do Governo Federal no Bloco do Poder Público.

O Presidente empossou o novo Conselheiro, que terá mandato de dois anos a partir desta data. Disse que já conhecia e havia trabalhado com Daniel França, quando este ainda atuava no setor privado, quando participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Imbituba, por consultoria contratada pela Companhia Docas de Imbituba, conhecendo sua dedicação e capacidade de trabalho. Agora, como servidor público na SEP – Secretaria Especial de Portos, está trabalhando justamente com o grupo que está conduzindo o processo de dragagem do Porto de Imbituba.

O Presidente do CAPPI declarou-se atendido em suas solicitações ao Ministro Pedro Brito, uma vez que, além de ter o Conselho com todos os seus integrantes designados, o Porto de Imbituba volta a contar com mais um embaixador em Brasília, na pessoa do Conselheiro Daniel França.

3. DESEMPENHO DO PORTO DE IMBITUBA NO PERÍODO: JANEIRO/2010

Devido à ausência do representante da Administração do Porto, Jeziel Pamato de Souza, em viagem a serviço da CDI, o Conselheiro suplente, Cândido Pedro Jorge, prestou os seguintes esclarecimentos sobre os relatórios da Movimentação do Porto e Desempenho Financeiro, já remetidos por correio eletrônico aos Conselheiros.

4. RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

4.1. Taxa Especial de Dragagem: pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves, o qual entregou ao Presidente o relatório do mês de janeiro de 2010, prestando esclarecimentos. Disse que a Comissão está ainda com dificuldade de sincronizar as agendas, mas que continua com o objetivo de regularizar a situação da 3 Golf.

O Presidente solicitou o empenho da Comissão quanto a essa situação, pois obteve a informação de que não há recursos orçamentários da União para a dragagem neste ano, o que deve antecipar a necessidade de trabalhos pela empresa 3 Golf.

4.2. Adicional Tarifário do PSPP – Plano de Segurança Pública Portuária: pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco, que entregou o relatório do mês de janeiro de 2010, com a movimentação dos saldos dessa taxa específica, já extinta.

4.3. Relações do Porto com a Cidade: O Presidente informou que ontem foi mobilizado pela Ferrovia Tereza Cristina a participar de uma reunião com técnicos da área ferroviária do DNIT e do Consórcio encarregado da elaboração do projeto executivo do trecho sul da Ferrovia Litorânea (Imbituba – Tijucas).



Como não havia tempo de convocar os membros da Comissão de Relações do Porto com a Cidade, apresentou o trabalho elaborado pela Comissão, com o desenho do Plano Diretor da Cidade, já com as ligações rodoviárias e ferroviárias traçadas, tendo o DNIT determinado ao Consórcio que, nos seus estudos, levasse em consideração o referido trabalho, conforme consta das Notas de Reunião que foram distribuídas aos Conselheiros.

Ficou acertado que, na medida em que o projeto for avançando, o Consórcio se reunirá com a Comissão Porto - Cidade para tratar das possíveis interferências. Comprometeu-se a encaminhar, por intermédio do CAPPI, ao DNIT e ao Consórcio, cópia do trabalho já remetido à SEP e ao CONIT com as obras do Governo Federal desejadas pelo Município e pelo Porto de Imbituba.

- 4.4. Relações CAPPI – OGMO:** O Presidente informou que na última reunião do Conselho foi criada a Comissão de Relações CAPPI – OGMO e que ficou acertado que na próxima reunião do colegiado seria definido o nome da Comissão e a escolha do terceiro integrante.

O Presidente relatou que a idéia da Comissão surgiu devido à explicitação da responsabilidade dos Conselheiros do CAPPI que fazem a nomeação da Diretoria Executiva e Conselho de Supervisão do OGMO e, também, a um pedido do Sindicato dos Estivadores que solicitou a criação da Comissão para resolver de forma administrativa e conciliada as relações de trabalho entre Sindicato e OGMO.

Como cada um dos Blocos do CAPPI faz a designação da Diretoria (Bloco 2) e Conselho de Supervisão (Blocos 2, 3 e 4) do OGMO, ressaltou que os Conselheiros passam a ter responsabilidade direta no desempenho daquele Órgão Gestor de Mão-de-obra.

Também na reunião anterior, ficou definido que cada bloco apresentaria ao Colegiado o desempenho e as ações praticadas pelos seus representantes no OGMO, no período anterior.

Após mais alguns comentários, o Conselho tomou as seguintes medidas:

Ficou definido pelos membros presentes que ao invés de Comissão será Grupo de Trabalho.

Nome do Grupo de Trabalho: Grupo de Trabalho das Relações CAPPI – OGMO.

Composição do GT: Flávio de Souza Miguel, Dalmir Anselmo da Silva, Bruno Antonio Resmini Figurelli e Pedro Kuzniecow.

Relatos dos Blocos:

Bloco 3: pelo seu representante, Conselheiro Dalmir Anselmo da Silva, o qual relatou os assuntos tratados nas duas reuniões do Conselho de Supervisão do OGMO que ocorreram no mês de fevereiro do corrente ano, prestando os devidos esclarecimentos.

Bloco 4: pelo seu representante, Conselheiro Pedro Kuzniecow, disse que as reuniões do Conselho de Supervisão do OGMO ocorrem a cada 2 meses, para prestação de contas e outros assuntos, caso haja algum assunto de emergência, é solicitada uma reunião extraordinária. Sobre as ações do OGMO no período, acredita que o Conselheiro Dalmir já relatou todos os fatos. Disse ainda, que a Diretoria Executiva do OGMO peca pelo excesso de zelo.

Bloco 2: pelo seu representante, Conselheiro Ruy França, que procedeu a leitura do relatório elaborada pela própria Diretoria Executiva do OGMO, o qual elenca as atividades daquela Diretoria no mês de janeiro de 2010.

Ao final, ainda quanto às relações CAPPI e OGMO, o Presidente tratou sobre o treinamento profissional voltado às atividades portuárias e solicitou aos Conselheiros que trouxessem para a próxima reunião informações e subsídios sobre o assunto, no que se refere a **(i)** legitimidade de cursos de capacitação não ministrados pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Portuários, da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil e **(ii)** atribuição legal do CAPPI pelo Art. 32 da lei 8.630/1993 (*Os Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs) instituirão Centros de Treinamento Profissional destinados à formação e aperfeiçoamento de pessoal para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às operações portuárias e suas atividades correlatas*).

- 5. ALTERNATIVAS DE REGIMES JURÍDICOS DE ADMINISTRAÇÃO (PUBLICA OU PRIVADA) PARA A SUCESSÃO DA CDI, AO FINAL DA CONCESSÃO DO PORTO DE IMBITUBA:**



O Presidente disse que a ANTAQ solicitou o apoio do CAPPI no sentido de fornecer subsídios para a definição de qual modelo de gestão será estabelecido pela União para o Porto de Imbituba, ao final da concessão à Companhia Docas de Imbituba, em 15 de dezembro de 2012 o que, de fato, dispara o processo sucessório e do qual o CAPPI não pode ficar ausente, por representar uma instituição de caráter permanente, não importa qual seja a decisão do Governo Federal, o que dá ao Conselho imensa responsabilidade para com o Porto, a Cidade e o Sul de Santa Catarina.

O Conselheiro Bruno disse que se nós não fizermos nada alguém irá fazer, sendo assim frisou a importância de elaborar um modelo de gestão que se adéque a realidade de todos que aqui estão.

A seguir, o Conselheiro Presidente apresentou em *data-show* a Reforma Portuária Brasileira (Lei 8.630/1993), quando o Brasil rompeu com o modelo de Porto de Serviço, onde o Governo Federal fazia tudo, e passou a adotar o modelo de Porto Proprietário, que abriu a possibilidade do setor privado fazer investimento nos portos, o que já acontecia só que não era institucionalizado. Fez ainda rápida apresentação dos vários regimes jurídicos de administração dos portos públicos.

Após a apresentação e esclarecimentos sobre a mesma, o Presidente propôs que na próxima reunião seja elaborando um calendário de ações do CAPPI até o final da Concessão.

A Conselheira Maria Zilá sugeriu que o CAPPI convide alguém da Administração do Porto de São Francisco do Sul para que faça uma explanação do modelo de Gestão Estadual, e que sejam apresentadas as facilidades e dificuldades.

6. ASSUNTOS DIVERSOS:

- O Presidente informou sobre ofício recebido do Conselheiro Pedro Kuzniecowa, o qual já havia sido encaminhado via e-mail aos Conselheiros, que trata sobre a nomeação de representantes no CAPPI que não exercem funções nos portos ou cidades que estão localizados.
- O Conselheiro Pedro disse que o motivo que o levou a formular essa correspondência foi que, ao longo do tempo em que esteve no CAPPI, viu algumas indicações que não contribuíram em nada para o Porto de Imbituba, em virtude dos indicados não terem nenhum vínculo com o porto e a cidade, muito pelo contrário, alguns tinham interesse em outros portos.
- O Conselheiro Pedro disse que tem certeza que a cidade possui pessoas capacitadas, não havendo assim a necessidade de chamar pessoas de outras cidades.
- A solicitação é no sentido de que nas próximas indicações sejam levados em consideração esses aspectos.
- Após comentários sobre o assunto, o Conselho aprovou a remessa de correspondência ao Ministro Chefe da SEP – Secretaria Especial de Portos, solicitando que alerte as entidades que indicam Conselheiros, para que tenham cautela em suas indicações e nomeiem pessoas que tenham compromisso com o Porto que irão representar.

O Eng.º José Antonio Latrônico Filho, conforme previamente solicitado ao Presidente do CAPPI, dirigiu-se ao Conselho para informar que no dia 11/03/2010, na FIESC, será apresentada uma atualização do Plano Nacional de Logística de Transportes – PNLT, e sugeriu que fizéssemos um levantamento de nossas prioridades, para levar a Federação das Indústrias.

O Presidente informou que o Estado, através da Secretaria de Infraestrutura, já havia solicitado a atualização dos projetos de obras no Porto de Imbituba, tendo sido remetido o trabalho elaborado pela Comissão Porto - Cidade, o qual já havia sido encaminhado à Secretaria Especial de Portos e ao CONIT.

Não havendo mais manifestações o Presidente encerrou a reunião e a Secretária Executiva do CAPPI, Rejane Kalfeld, redigiu esta Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros, na próxima reunião, marcada para o dia 25 de março de 2010, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões do Conselho.

BLOCO DO PODER PÚBLICO

Governo Federal

Gilberto Barreto da Costa Pereira (Presidente)

Governo Municipal

Cadir Garbeloto Carginin (suplente)



BLOCO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto


Candido Pedro Jorge (suplente)

Titulares de Instalações Privadas


Ruy França Neto

Armadores


José Ivo Carille Júnior (suplente)

Demais Operadores Portuários


Bruno Antonio Resmini Figurelli

BLOCO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Trabalhadores Portuários Avulsos


Flávio de Souza Miguel


Dalmir Anselmo da Silva

Demais Trabalhadores Portuários


José Amílcar da Silva


Albert Pacheco Ramos

BLOCO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Proprietários e Consignatários de Mercadorias


Pedro Kuzniecowa


Santos Pacheco Alves

Terminais Retroportuários


Roberto Tórtima

Suplentes:

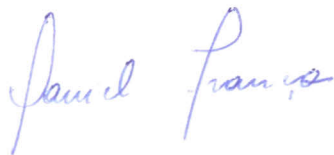

Clara Rejane Sholles


Maria Zilá de Souza Gil


Mario Cozza


Sérgio Costa


Rejane de Abreu Pires Kalfeld
Secretária Executiva do CAPPI


Daniel Francisco